

ATUAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM UM BAIRRO MARGINALIZADO: INVESTIGANDO RELAÇÕES DE PODER E IDENTIDADES TERRITORIAIS

PERFORMANCE OF A CIVIL SOCIETY ORGANIZATION IN A MARGINALIZED NEIGHBORHOOD: INVESTIGATING POWER RELATIONS AND TERRITORIAL IDENTITIES

ACTUACIÓN DE UNA ORGANIZACIÓN DE LA SOCIEDAD CIVIL EN UN BARRIO MARGINADO: INDAGANDO RELACIONES DE PODER E IDENTIDADES TERRITORIALES

Andréia Lopes Cirino¹
Carlos Augusto Alves de Sousa Júnior²
Luana Ferreira dos Santos³

Resumo

O artigo buscou compreender o espaço de um território marginalizado e analisar como a atuação de uma Organização da Sociedade Civil (OSC) pode influenciar a relação entre a comunidade e o território do bairro Nova Viçosa, localizado em Viçosa, Minas Gerais. Trata-se de uma investigação baseada em entrevistas com roteiro semiestruturado. Os resultados indicam que a OSC presente no território desempenha um papel fundamental em assegurar direitos fundamentais, sendo que sua criação ocorreu quase que concomitante com a criação do bairro Nova Viçosa, propiciando uma melhoria substantiva de vida para as pessoas que chegavam à referida localidade, que até hoje carece de atenção por parte do poder público. O estudo contribui com a literatura ao elucidar empiricamente a discussão acerca da territorialização em locais marginalizados, bem como trabalha na exclusão das minorias, sendo a atuação de uma OSC um elemento importante para mitigar problemas públicos sofridos por esta população.

Palavras-chave: Território. Organizações da Sociedade Civil. Locais Marginalizados. Poder.

Abstract

The article aims to understand a marginalized territory and analyze how a Civil Society Organization (CSO) can influence the community's relationship with the territory of Nova Viçosa, located in Viçosa, Minas Gerais. This is a qualitative investigation, based on interviews with a semi-structured script. The results indicate that the CSO in the territory plays a fundamental role in guaranteeing fundamental rights, and its creation occurred almost concurrently with the creation of the Nova Viçosa neighborhood, providing a substantial improvement of life for the people who arrived in that locality, which until today lacks public attention. The study contributes to the literature by empirically elucidating the discussion on territorialization in marginalized places, as well as the exclusion of minorities, highlighting the performance of a CSO as an important element to mitigate public problems.

Keywords: Territory. Civil Society Organizations. Marginalized Locations. Power.

Resumen

El artículo tiene como objetivo comprender el espacio de un territorio marginado y analizar cómo la actuación de una Organización de la Sociedad Civil (OSC) puede influir en la relación entre la comunidad y el territorio del barrio

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV)- 2021, Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Governador Ozanam Coelho (UNIFAGOC) - 2016. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3950-8867> E-mail: andrea.cirino@ufv.br

² Mestre em Administração e bacharel em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Viçosa. Foi bolsista do Programa Ciência sem Fronteiras, fomentado pela CAPES, em Dublin *Business School*, Irlanda. Participou da Empresa Júnior Soluções Consultoria. Foi bolsista de extensão PIBEX, colaborador do Programa de Extensão Universitária Rede CsF Núcleo Viçosa e Líder do projeto Rede Idiomas. Atualmente faz doutorado em Administração na Universidade Federal de Viçosa, pesquisando políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4347-6485> E-mail: carlos.a.junior@ufv.br

³ Doutora em Administração, Professora Adjunta do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa- Campus Viçosa. ORCID: E-mail: luana.f.santos@ufv.br

Nova Viçosa, ubicado en Viçosa, Minas Gerais. Se trata de una investigación cualitativa, basada en entrevistas con guión semiestructurado. Los resultados indican que la OSC presente en el territorio juega un papel fundamental en la garantía de los derechos fundamentales, y su creación ocurrió casi concomitantemente con la creación del barrio Nova Viçosa, proporcionando una mejora sustancial de vida para las personas que llegaron a ese barrio, que hasta el día de hoy carece de atención por parte de las autoridades públicas. El estudio contribuye a la literatura al dilucidar empíricamente la discusión sobre la territorialización en lugares marginados, así como trabajar la exclusión de las minorías, siendo la actuación de una OSC un elemento importante para mitigar los problemas públicos que sufre esta población.

Palabras clave: Territorio. Organizaciones de la sociedad civil. Lugares marginados. Poder.

INTRODUÇÃO

O Estado é formado por um conjunto de instituições responsáveis pelo atendimento às demandas dos cidadãos em diferentes áreas como saúde, educação, segurança, dentre outras. Além disso, essa entidade política soberana exerce seu poder para a solução e/ou para a amenização de problemas que são vivenciados pelos cidadãos, tendo suas funções para além da prestação de serviços. Contudo, o Estado, em muitos casos, não tem conseguido solucionar os problemas públicos existentes na sociedade e garantir o acesso integral aos direitos constitucionais, principalmente para aqueles que estão à margem da sociedade. Além disso, há cenários em que o Estado se faz ausente suscitando o surgimento de Organizações da Sociedade Civil (OSC), que desde o início do século XX, vêm realizando ações no sentido de possibilitar aos cidadãos o acesso aos direitos constitucionais (LOPES, 2019).

Nas OSC, os cidadãos agem em prol de sanar problemas públicos e ofertar direitos por meio de iniciativa privada (ORALBAEVNA, 2022; BINDMAN, 2015). Essas organizações têm como base a solidariedade e a cidadania, favorecendo a união de membros diversos da sociedade civil, por intermédio da cooperação e da colaboração dos atores envolvidos (ABDUPPATAYEVNA, 2022). Com o processo de descentralização estatal, legitimado pela Constituição Federal de 1988, emergiram atos de colaboração e de cooperação entre poder público e OSC a fim de ampliar os impactos das políticas públicas (LARA; CORDEIRO, 2019). No entanto, é eminente que não são todas ações de OSC ou do poder público que são realizados em parcerias Estado-OSC.

Em síntese, tem-se que não só o Estado age em prol de ampliar o acesso aos direitos da população e a minimização dos problemas públicos. O conceito de território, enquanto espaço produzido pela interação de atores, contribui para a melhor compreensão tanto das situações-problema quanto das interações realizadas e dos resultados obtidos. O conceito de território é constituído por elementos que vão além da ideia de Estado, em razão deste termo englobar a influência de diversos atores que contribuem na criação de redes (BECKER, 1983). O território

é um espaço constituído por relações de poder ao longo do tempo, como resultado de um processo de sedimentação cultural, relacionando-se assim com os valores, símbolos e sentimentos dos atores envolvidos, resultando na criação identidades locais (POLLICE, 2010).

Desta forma, o território está relacionado com as interações entre atores, a sedimentação cultural difundida pelas pessoas que o constituem e diferentes tipos de relações, atuações e representações, que podem ser criadas e institucionalizadas também pela forma como diferentes atores se interagem no espaço construído. Sendo assim, acredita-se que em territórios marginalizados, nos quais a atuação do Estado não é suficiente para garantir os direitos dos cidadãos que neles estão inseridos ou então se faz ausente, o terceiro setor, na figura da sociedade civil organizada, tem o papel necessário de atuar para disponibilizar e ampliar esses direitos.

Neste contexto, o artigo suscita o seguinte questionamento: Qual é a importância da atuação de uma OSC em um território marginalizado? Parte-se da proposição de que na medida em que uma OSC passa a atuar como um agente que interliga a pessoa ao seu lugar de vivência, ela assume um papel importante no território e auxilia no entendimento do habitante daquele local como um ser dotado de direitos. Em consonância com a pergunta norteadora, o artigo tem como objetivo compreender o espaço de um território marginalizado e analisar como a atuação de uma OSC pode influenciar a relação entre a comunidade e o território do bairro Nova Viçosa, localizado em Viçosa, Minas Gerais. Especificamente, o estudo visa compreender as identidades territoriais e as relações de poder entre diferentes atores que compõem este território marginalizado.

A ausência ou insuficiência do Estado na garantia de direitos, em especial, para moradores de territórios marginalizados, pode desencadear problemas públicos complexos relacionados à saúde, educação, assistência social, saneamento básico, segurança, entre outros. Conseqüentemente, o não atendimento de demandas básicas da população pode culminar em condições de vida precária, perpetuação da desigualdade social e exclusão social e econômica, originando um ciclo de pobreza e desprovimento de oportunidades.

A realização deste estudo se faz importante para compreender os meandros circunscritos da atuação de OSC em um determinado território, bem como sua importância na garantia de direitos e do exercício democrático. Além disso, por meio da OSC, percebe-se a promoção de direitos negligenciados pelo Estado, diante de um contexto de insuficiência e até mesmo ausência desta entidade na oferta de serviços públicos no referido território. Vale também destacar que mesmo diante do grau de carência e vulnerabilidade de seus cidadãos, não se

percebe a mobilização de recursos públicos para fomentar políticas públicas no bairro Nova Viçosa, demonstrando a histórica falta de interesse por parte do Estado na promoção dos direitos dessa população. Isso posto, o presente estudo contribui com a literatura em virtude de elucidar empiricamente a discussão acerca da territorialização em locais marginalizados, bem como a atuação de uma OSC como um elemento importante para mitigar os problemas públicos sofridos pela população dessas localidades, diante da lacuna deixada pelo Estado.

TERRITÓRIO, IDENTIDADE E PODER

Este referencial elucida pontes teóricas entre os conceitos de território, de identidade e de poder. Caldo (1996) apresenta o conceito de identidade de acordo com a conotação geográfica, sendo a identidade entendida como uma relação identitária que liga uma determinada comunidade ao seu espaço vivido. Por meio dessa definição, chama-se atenção para o fato de que essa perspectiva não se refere à mera dimensão espacial do fenômeno identitário, sendo as ligações de pertença o fator mais relevante na criação do território. Com efeito, o constructo “espaço vivido” se faz importante ao abarcar a dimensão física do espaço geométrico, e também a dimensão social do espaço relacional (CALDO, 1996; POLLICE, 2010).

Avançando na discussão, Pollice (2010) pontua que essa identidade geográfica é um produto cognitivo, podendo ser entendida como uma representação operada de fora, com finalidades meramente descritivas e/ou interpretativas. Neste momento, faz-se necessário introduzir o termo identidade territorial, discutido por Pollice (2010) como um processo auto referencial colocado em ação por uma comunidade que se apropria culturalmente de um âmbito espacial predefinido.

Haesbaert (1999) indica uma das características principais da identidade territorial se dá pela recorrência à dimensão histórica, do imaginário das pessoas, tomando como referência o referido território. Indo mais adiante em sua discussão, Haesbaert (1999) também adiciona que o processo de resgate da identidade é um processo de resistência à homogeneização da cultura e exclusão das minorias, provocado pelo capitalismo e pelo processo de globalização. Esta última colocação corrobora com os propósitos deste artigo, ao fazer uma leitura histórica acerca da construção de um território marginalizado.

É importante a compreensão de que território e espaço são conceitos similares, mas que se diferenciam, uma vez que o território se forma a partir do espaço, pois os indivíduos se

apropriam dos espaços e os territorializam (Raffestin, 1993). Com essa noção de espaço e território, Pollice (2010) caracteriza o território como sendo um espaço relacional que se constrói no tempo como produto de um processo de sedimentação cultural, no qual determinada comunidade se reconhece e se relaciona no seu agir individual e coletivo.

Haesbaert (2003) tece sua contribuição para conceituação do termo, levando em consideração o poder, abordando o território como um espaço delimitado e controlado, no qual se exerce um determinado poder, muitas vezes relacionados à política estatal. Por outro lado, Becker (1983) aponta para uma visão mais ampla no que se refere à configuração do território, acrescentando que a noção de território deixa de se referir somente ao Estado-Nação, para também levar em consideração o poder de diferentes atores, sendo que o território pode ser apreendido como um emaranhado de redes, articulando múltiplas escalas espaciais.

Essa visão com relação ao exercício do poder no território vai ao encontro da análise feita por Foucault (1979), na qual torna-se importante o deslocamento da ideia de poder como algo monopolizado pelo Estado, para um poder que é “baseado nas relações sociais, por meio de uma rede de micro-poderes” (Foucault, 1979, p.76). Desse modo, deve-se analisar o poder partindo não do centro, entendido aqui como o Estado, mas sim de periferias e de entornos sociais. A partir dessa análise, é possível compreender melhor como este poder se capilariza e se torna onipresente em todas estruturas sociais. Nas palavras do autor: “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1988, p. 103).

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

O processo de empoderamento das partes que constituem a sociedade civil serviu como alicerce para a busca na participação social no cenário político e, sobretudo, impõe-se a percepção de que a população possui direitos e que cabe a ela reivindicar pelos mesmos (HOROCHOVSKI, 2003). A força que emergiu da sociedade garantiu a ruptura com a visão que permanecia sobre os direitos serem uma benevolência, extinguindo a percepção de que os direitos são resultados da bondade dos governantes (SPOSATI, 2003).

As OSC são organizações constituídas e administradas pelos cidadãos, originadas mediante a ineficiência do poder público e do mercado para atender demandas da sociedade. Para tanto, este tipo de organização possui como características ser de natureza privada, mas sem fins lucrativos (ABDUPPATAYEVNA, 2022; ALVES; COSTA, 2020).

As OSC são organizações presentes na maioria dos países, sendo, que ao redor do mundo, geralmente, os defensores dos direitos humanos mais atuantes são cidadãos, e não funcionários governamentais. Conseqüentemente, estas organizações são mecanismos eficazes para proteger direitos por meio de suas atividades governamentais (MELNYK; KUZMENKO, 2018). Adicionalmente, estas atuam também na proteção dos valores democráticos e da liberdade, além de criar condições para ampliar a atividade socioeconômica e a cultura, e promover o equilíbrio de interesses na sociedade (ORALBAEVNA, 2022).

As OSC têm desempenhado um papel importante no desenvolvimento global dos direitos humanos, pois, por serem independentes de forças políticas, são capazes de identificar e criticar as violações dos direitos humanos onde quer que ocorram (ORALBAEVNA, 2022). Cabe destacar que, de acordo com Abduppatayevna (2022) e Melnyk e Kuzmenko (2018) as pessoas estão buscando cada vez mais se unir para realizar seus interesses, visto que uma maioria desorganizada não é, na maioria das vezes, capaz de atingir seus objetivos. Todavia, um grupo pequeno, mas organizado pode fazê-lo. Em suma, as OSC atuam em prol daqueles que possuem menor influência e menos privilégios, basendo em instrumentos legais e ações (ABDUPPATAYEVNA, 2022; ORALBAEVNA, 2022; MELNYK; KUZMENKO, 2018; BINDMAN, 2015).

Além disso, as OSC utilizam da gestão social, a fim de que haja uma tomada de decisão coletiva, cooperada, solidária ou negociada entre os cidadãos (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011). O engajamento das OSC com a gestão social ocorre em função de esta última ser compreendida como “um processo decisório no qual o outro, o *alter*, está presente em ato intersubjetivo. Assim, por social entenda-se a relação entre pessoas e não uma ação para pessoas” (TENÓRIO, 2007, p. 10). Conseqüentemente, nas OSC, torna-se essencial a ascensão da cidadania de caráter decisória, sendo a mesma útil para o controle social e/ou para participação dos atores.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De abordagem qualitativa, trata-se de um estudo descritivo devido à necessidade de realizar uma descrição da OSC e do território, possibilitando explicar as características das relações entre diferentes atores. Quanto ao método, trata-se de um estudo de caso, em razão do aprofundamento do fenômeno pesquisado em seu contexto (YIN, 2015). Para tanto, a estratégia de investigação ocorreu baseada nas etapas aconselhadas por Yin (2015): i) determinar o referencial teórico, identificar o caso e criar protocolos para a coleta dos dados; ii)

Coletar e analisar os dados; iii) Analisar e interpretar das informações obtidas por meio dos resultados e do referencial teórico.

O estudo foi realizado no bairro Nova Viçosa, no município de Viçosa, Minas Gerais, tendo como nível de análise o nível social, dada a multiplicidade de atores envolvidos no sistema. O município de Viçosa possui em 2021, segundo a projeção do pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 79.910 habitantes (IBGE, 2021); além disso, de acordo com o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (2021), o Município conta com 441 OSCs, sendo 27,97% atuando em desenvolvimento e defesa de direitos humanos. A escolha do município ocorreu em virtude de já haver estudos anteriores que comprovaram a segregação urbana do território estudado (COELHO; CHRYSOSTOMO, 2015) e a existência de OSC atuantes em prol da garantia de direitos neste território (CIRINO, 2021).

No bairro Nova Viçosa está sediada a OSC Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa (APOV), criada em 1980 neste município. A localidade foi escolhida especificamente para sediar a OSC devido à pobreza e à marginalização presente no território. A atuação da entidade possui caráter assistencial, promocional, educativo, cultural e religioso com finalidade específica de prestar serviços assistenciais e promocionais, incluindo atividades relacionadas aos setores de Habitação e Saneamento; Higiene e Saúde; Nutrição e Alimentação; Administração do Lar; Orientação Profissional Masculina e Feminina; Orientação Educacional; Esporte, Lazer e Grupos Jovens e setor de Formação Religiosa (APOV, 2022).

Para a execução da pesquisa, foi realizada a aplicação de entrevistas semiestruturadas com indivíduos vinculados ao bairro Nova Viçosa. A primeira entrevista foi realizada com o diretor da APOV, e ao final da entrevista, foi solicitado que indicasse outro possível participante da pesquisa, com a qual se pudesse também aplicar essa entrevista, método este conhecido como *snowball*. Bernard (2005) afirma que a técnica *snowball* é um método de amostragem de rede útil para se estudar populações difíceis de serem acessadas ou estudadas ou que não há precisão sobre sua quantidade. Como forma de definição do número de entrevistados, foi utilizada a amostragem por saturação, ou seja, foi interrompido o processamento de novas observações e o recrutamento de novos participantes, a partir do momento em que se percebeu que elementos novos não estavam sendo mais apreendidos no campo de observação (FONTANELLA et al., 2011).

As entrevistas foram realizadas com atores específicos que possivelmente contribuam para melhor entendimento acerca da OSC e das dinâmicas do bairro Nova Viçosa. O público alvo da pesquisa consiste nos membros/usuários da APOV, bem como a comunidade do Nova

Viçosa atendida pela instituição. Por isso, estabeleceu-se como critérios de inclusão para consecução das entrevistas: i) ser morador, ex-morador ou usuário frequente do território do Nova Viçosa; e, ii) ser usuário, ex-usuário ou possuir dependentes e/ou pessoas próximas que frequentem a APOV.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 27 de dezembro de 2020 e 12 de janeiro de 2021, com a colaboração de 14 participantes da pesquisa, via Skype. Todas as entrevistas foram agendadas em dia e horário marcados, com antecedência. Para a realização das mesmas, os respectivos participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aprovado previamente pelo do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (CEP/UFV) e retornaram o mesmo assinado, a fim de participar da pesquisa. Foram utilizados códigos, ao invés de nomes e/ou cargos para manter o anonimato dos entrevistados, conforme é apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Participantes da pesquisa.

Código do Participante	Descrição:
PP1	Morador e funcionário da APOV
PP2	Moradora e funcionário da APOV
PP3 e PP4	Moradoras, funcionárias da APOV e beneficiárias da APOV
PP5 e PP6	Moradores, beneficiários e ex-alunos da APOV
PP7	Moradora, beneficiária e ex-aluna da APOV
PP8	Morador e ex-beneficiário da APOV
PP9 e PP10	Moradoras
PP11, PP12 e PP13	Moradores
PP14	Viçosense e benfeitor do bairro Nova Viçosa

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: morador(a) se referente aos habitantes do bairro Nova Viçosa no momento de realização da pesquisa.

Além das entrevistas também foram analisados o site da APOV (<https://www.apov.org.br/>) e documentos acerca da fundação da OSC no território de Nova Viçosa. Como técnica analítica dos dados foi empregada a análise de conteúdo, realizada em quatro etapas (BARDIN, 2011): organização da análise, codificação, categorização e inferência. A primeira etapa consistiu na organização dos dados coletados. Na etapa da codificação, ocorreu processo de recorte dos

conteúdos, nesta fase foram recortadas as ideias centrais dos documentos analisados e tratados os dados. Na terceira etapa ocorreu a categorização, onde foi adotado o critério de categorização por temáticas de acordo com categorias definidas *a priori*, com base no referencial teórico. Já a etapa da indução foi aplicada a fim de utilizar os dados analisados para inferir as predisposições causais ou outros elementos na discussão dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados são apresentados e analisados, conforme as categorias temáticas estabelecidas relacionadas à análise: i) identidade territorial e relações de poder; e, ii) atuação da APOV, considerando o território do bairro Nova Viçosa.

Identidade e relações de poder no território do bairro Nova Viçosa

O bairro Nova Viçosa foi inaugurado em 1978, sendo a sua origem obtida a partir do parcelamento de duas grandes propriedades rurais: a Fazenda da Coelha e a Pedreira. O presente local está distante quatro quilômetros da área central do município de Viçosa-MG. O bairro é “isolado por uma montanha, o que contribui para tornar-se mais segregado ainda em relação às demais áreas da cidade” (COELHO; CHRYSOSTOMO, 2015, p. 296).

Ferrer & Araújo Sobrinho (2021) evidenciam que, na distribuição de infraestruturas, o poder público acaba criando territórios mais seguros à vida humana do que outros, gerando territórios intencionalmente de risco, como espaços urbanos com menor infraestrutura em comparação com outros espaços de um mesmo município. Esse fenômeno é observado analisando a criação do bairro Nova Viçosa, que ocorreu em uma década marcada por transformações territoriais no município, em razão da federalização da UFV.

A migração da população mais pobre para o bairro ocorreu devido à realização de doações e de vendas de lotes por preços menores, se comparado com os lotes localizados em outras regiões. De acordo com o PP2, o recebimento de lotes fez com que muitos cidadãos se mudassem para o bairro, sendo o mesmo um dos moradores que saiu do seu lugar de origem por causa da doação recebida. A necessidade da criação deste loteamento ocorria concomitante com a inserção de novos cursos oferecidos na UFV, que acarretou na ampliação de loteamentos em todo o município. Contudo, o alto valor nos terrenos localizados na área

central, resultou em um afastamento daqueles não possuíam um alto valor monetário (COELHO; CHRYSOSTOMO, 2015).

Para os entrevistados, outro condicionante que favoreceu a migração para bairro Nova Viçosa foi uma enchente que destruiu muitas propriedades, deixando cidadãos desabrigados. Conforme o PP14, a enchente ocorrida na década de 1970 intensificou o déficit habitacional, e as famílias desabrigadas foram alojadas em abrigos temporários. O PP14 revelou que possuía dois lotes na região central do Nova Viçosa, comprados “às cegas”, mas que dada a distância que o bairro se encontrava do centro e a falta de infraestrutura observada na região, este preferiu doar os dois lotes para os desabrigados da enchente. Segundo a PP3, com a enchente, houve a desapropriação de lotes que não eram habitados no bairro, sendo estes doados pela prefeitura para os cidadãos que perderam suas propriedades. Além disso, proprietários de lotes no bairro, como o PP14, doaram terras para cidadãos atingidos por esta enchente.

O bairro Nova Viçosa é fruto de uma segregação, constituída com o intuito de evitar que ocorresse uma favelização no centro do município, e deste modo, foi realizado um loteamento em terrenos periféricos na Zona Rural (COELHO; CHRYSOSTOMO, 2015). Contudo, mediante as informações coletadas pelas entrevistas, tornou-se possível identificar que a visão que prevalece entre os cidadãos não é de segregação urbana do espaço. Para a PP10, o prefeito da época pode ser identificado como o “Jesus Cristo para os pobres”. Segundo participantes da pesquisa, a construção do bairro é uma vitória para os pobres que antes não tinham para onde ir, principalmente os que vinham de outras localidades. Ainda conforme participantes entrevistados, a maioria dos moradores do bairro vieram de áreas rurais do próprio município, ou então de cidades vizinhas.

Para a PP3, a construção do bairro ocorreu perante a percepção do então prefeito Antônio Chequer, que “as pessoas que se mudavam para Viçosa em busca de melhores condições de vida, não tinham lugar pra ir” e, portanto, a criação do “bairro não é pra tirar as pessoas humildes do centro, mas pra ajudar aquelas que não tinham condição nem lugar”. Tal afirmação evidencia que, para os moradores entrevistados, o bairro não se originou para retirar os mais pobres do centro da cidade, mas sim, para garantir a estes um local para viver.

A declaração apresentada corrobora com afirmação exposta no estudo de Coelho e Chrysostomo (2015, p. 285), sobre a imigração de pessoas para a cidade de Viçosa, “os principais motivos revelados pelos entrevistados para a vinda em direção a cidade foram: o empobrecimento do campo, a falta de emprego, o acesso à terra e, em menor parte, os motivos

peçoais”. Ressalta-se, ainda, que o governo municipal inaugurou o bairro sem a presença de uma infraestrutura capaz de alocar os moradores, evidenciando problemas como ausência de energia elétrica, de pavimentação, de água tratada, e de tratamento de esgoto. Adicionalmente, somente em 1988 ocorreu a instalação de uma linha de ônibus para o bairro.

Ainda é notável que muitas ruas do bairro carecem de uma infraestrutura básica, como iluminação, escoamento de água pluvial e calçamento. PP11 e PP12 acrescentam que não há pavimentação em muitas ruas, inclusive onde moram, dificultando o acesso principalmente em dias de chuva. Para a PP4, “o mais difícil de morar aqui é que durante a época das chuvas, o barro dificulta a nossa passagem nas ruas em que não tem asfalto”

Outro ponto ressaltado nas entrevistas é o crescimento do bairro em razão do aumento das habitações; porém, a infraestrutura ligada a saúde, educação e segurança não tem acompanhado o aumento do número dos usuários. De acordo com a PP3 “falta lazer, mas também falta saúde, falta saúde até em casos de emergência”. Além disso, é perceptível que os habitantes do bairro têm a sensação de exclusão perante a sociedade e ao poder público. De acordo com o PP1:

Infelizmente, nós podemos perceber que até hoje tem-se um preconceito quando se fala no bairro Nova Viçosa. As pessoas acham que todo mundo aqui é bandido ou que o bairro é perigoso. Eu acho que é porque é o bairro é mais afastado, então tem gente que não conhece aqui.

Nesta mesma perspectiva, o PP8 afirma que “quando eu falo que sou de Nova Viçosa tem gente que me olha estranho”. Adicionalmente, segundo o mesmo entrevistado, “a vida no centro é melhor, aqui é tudo muito difícil, não tem nem rua direito, aí ‘pra’ tudo a gente tem que ir em outro lugar”. De acordo com os PP11, PP12 e PP13, a prefeitura não dá a atenção devida ao bairro, e existem outros bairros mais novos que desfrutam de uma infraestrutura melhor. Complementando, tem-se a afirmação de PP6: “o sentimento é de abandono, eles sabem que tem que melhorar o bairro. Mas não fazem nada. A gente fica sabendo que tem obras em outros bairros mais novos. Tem bairro que ‘ta’ melhor que aqui e mesmo assim tá tendo obra”. As falas evidenciam o sentimento de que há outros bairros que possuem um tratamento melhor que o bairro Nova Viçosa.

Os relatos demonstram deficiências nas ações do Estado no bairro, conforme apontado nas falas de participantes da pesquisa e a exemplo da afirmação da PP3 “o Estado aqui é ausente, a polícia aqui nem vem”, de PP9 “falta quase tudo, a prefeitura esqueceu da gente” e de PP13 “o bairro tem a sua própria política, já que a prefeitura não faz, o povo daqui faz”. Brulon e Peci (2013) destacam que, na reconfiguração territorial, muitas organizações

públicas não assumem o protagonismo da influência que elas exercem, não conseguindo impor sua ordem em alguns territórios, que acabam se constituindo espaços às margens do Estado.

As relações de poder que se estabelecem no referido território vão além da relação deste com o Poder Público, exercendo o poder diferentes atores (Becker, 1983), considerando o poder que é baseado nas relações sociais, através de uma rede de “micro-poderes”, que partem não só do centro (Estado), mas das periferias e entornos sociais (FOUCAULT, 1979). Para os participantes da pesquisa, o poder do tráfico exerce influência no bairro maior do que a própria prefeitura. Pelos relatos, o tráfico exerce grande influência também no ambiente escolar, utilizando-se deste espaço para fins diferentes do qual este ambiente se propõe, que se refere à única escola que se faz presente na região, sendo esta escola de responsabilidade do poder público municipal.

De acordo com a PP3, o tráfico de drogas no bairro exerce um poder paralelo que garante certos bens negligenciados pelo poder público e que tráfico fornece proteção aos moradores locais. Como exemplo, a PP3 expõe que nunca se preocupou em trancar toda casa para sair, uma vez que o Nova Viçosa se configura “um bairro que é proibido assaltar as pessoas”. Esta afirmação também é corroborada por PP1, que afirmou que a probabilidade de se ser assaltado no centro de Viçosa é maior do que no referido bairro.

A PP3 destaca que este poder tem autonomia para fechar ruas e definir as rotas de ônibus dentro do bairro. Ademais, tornam-se comuns relatos de pessoas que trabalham para o tráfico para conquistar bens materiais, como um “tênis da moda”, entre outros objetos que não seriam possíveis de se comprar com a renda familiar média da região. Conforme a PP3, “a gente não tem condições de dar tudo que nossos filhos querem, aí eles veem que quem trafica consegue comprar as coisas que nós não conseguimos trabalhando, isso seduz as crianças aqui”.

Outros elementos que causam indignação nos entrevistados estão relacionados à percepção de que há um descaso com o espaço do bairro Nova Viçosa, com o direito deles de serem cidadãos e de possuírem todos os direitos que os outros moradores de outras áreas possuem. Além disso, torna-se evidente que os moradores do referido bairro dependem diretamente de outros bairros, conforme o discurso de PP11, “a gente vai no centro para trabalhar, e quando precisa de alguma coisa tem que comprar lá”. A situação ocorre mediante a escassez de comércios no bairro e ao fato dos moradores saírem para trabalhar pela manhã e só regressarem a noite.

Apesar dos problemas públicos vivenciados, os residentes do bairro possuem apreço pelo território, como é expressado na fala da PP7: “apesar de tudo, aqui é bom”. Já o PP8 afirma que “gosto daqui, sabe? Gosto da minha casa, das pessoas daqui. Minha vida é aqui. Aqui têm muito problema? Tem, mas eu sou feliz aqui”. De modo complementar, o PP1 aponta que “as pessoas aqui no bairro são unidas e dá para ver que elas querem o melhor não só para elas, mas para o bairro como um todo, porque elas gostam daqui. O Nova Viçosa é o lar delas”. Para os PP5 e PP6, existe um forte sentimento de comunidade, cooperação e simplicidade, e aqueles que não compartilham desses valores não são bem vistos pela população local, existindo uma visão de convivência pacífica entre os moradores do bairro.

O valor afetivo que os participantes expressaram pelo bairro e a convivência pacífica entre eles (apesar do poder do tráfico) corrobora com a fundamentação de Pollice (2010) de que o território não é apenas um pedaço de espaço geográfico, é um espaço relacional constituído pelo tempo e pela sedimentação cultural, sendo provedor dos encontros entre indivíduos que constroem juntos o território devido a suas interações. Uma das características principais da identidade territorial se dá pela recorrência à dimensão histórica, do imaginário das pessoas, tomando como referência o território (Haesbaert, 1999). Essas relações de pertença são geradas pela identidade geográfica, que é a relação identitária que existe entre a comunidade e o espaço de existência da mesma, gerando uma relação cumulativa, em que a identidade territorial gera e orienta o processo de territorialização e este reforça o processo de identificação entre a comunidade e o seu espaço vivido (POLLICE, 2010).

A análise dessa categoria temática revela elementos históricos da criação do bairro Nova Viçosa que contribuíram para a segregação e marginalização do território. Os resultados evidenciam a insuficiência de ações do poder público em diferentes aspectos relacionados à saúde, educação, segurança, infraestrutura, transporte, falta de emprego, além da sensação de exclusão relatada por alguns entrevistados e a predominância do poder do tráfico. No entanto, o “espaço vivido”, ao abarcar as dimensões física e social dos espaços geométrico e relacional (CALDO, 1996; POLLICE, 2010) expressa identidades territoriais pelas ligações de pertença identificadas no valor afetivo das pessoas com o território, mesmo com problemas históricos, contemporâneos e cotidianos vivenciados.

Atuação da APOV no território do bairro Nova Viçosa

O desenvolvimento da APOV e do bairro Nova Viçosa estão diretamente relacionados, já que a OSC emergiu no bairro, a princípio, visando colocar em prática os valores Cristãos na comunidade. Porém, a percepção da ausência do poder estatal naquele local fez com a APOV atuasse de modo amplo, possuindo caráter assistencial, promocional, cultural e não apenas religioso. A presente situação corrobora com os estudos de Abduppatayevna (2022), Alves e Costa (2020) e Lopes (2019), na perspectiva da OSC surgindo mediante a ineficiência do poder público e do mercado para atender demandas da sociedade.

De acordo com o PP1 e documentos consultados, a APOV teve início como resultado de uma iniciativa da professora Leda de Bittencourt Bandeira, em 1980, no recém criado bairro de Nova Viçosa. Fundado primeiramente como Movimento Religioso Pastoral da Oração de Viçosa, a instituição visava treinar técnicas de oração e conscientização para a caridade. Em 1982, a instituição torna-se FAPOV - Fundação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa, e em 1990 transforma-se na APOV - Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa.

Conforme resultados das entrevistas, durante a criação do bairro, seus moradores e principalmente as crianças sofriam com a fome e a desnutrição, resultado da ausência de renda e de políticas públicas de redistribuição de renda ou de algum auxílio capaz de proporcionar a alimentação. Para os participantes da pesquisa, de modo unânime, a principal ação da APOV está no oferecimento do alimento que ocorre duas vezes ao dia para as crianças ali inseridas.

O PP6 relata que ele e outras crianças do local minimizaram sua fome graças ao alimento que era disponibilizado. Conforme a PP10: “quando a gente veio ‘pra cá’ era muita miséria, tinha comida não, a gente comida por causa da APOV, (...) até hoje tem gente que depende de lá (APOV) ‘pra’ comer”. Corroborando, tem-se a fala do PP5 “a APOV ajuda muito, eu lembro que as vezes não tinham coisa ‘pra’ comer, mas tinha a APOV, e a gente estudava e comia lá, se não tivesse lá eu nem sei o que ia ser”. Segundo o PP1, muitas crianças chegam a APOV desnutridas, algumas por falta de alimento e outras pela ausência de conhecimento dos pais sobre a necessidade de se oferecer uma alimentação balanceada para as crianças.

Todos os participantes da pesquisa destacaram que a fome sempre esteve diretamente ligada com o bairro, desde a sua criação. A APOV, além de alimentar as crianças, oferece cursos e palestras com nutricionistas para que os responsáveis pelas crianças possam adquirir

conhecimento sobre a alimentação de qualidade. Além destas oficinas, a OSC realiza ações a fim de compartilhar conhecimentos de outras áreas para os moradores do bairro, incluindo a participação das crianças e daqueles que não possuem vínculos com a APOV. As ações realizadas têm o intuito de possibilitar o debate, a participação e o conhecimento dos direitos da população.

A emancipação dos cidadãos é incentivada na APOV desde os primeiros anos de atuação, com a criação de assembleias onde as crianças podem solucionar os conflitos por meio da gestão social. A iniciativa é vista com bons olhos pelos responsáveis das crianças, pois eles aprendem a conversar, a respeitar e a existência de limites. De acordo com a PP3, a criação das assembleias é um avanço, uma vez que gera cidadãos melhores. Com isso, percebe-se a corroboração com a literatura de que a prática da gestão social em OSC contribuiu para a tomada de decisão coletiva, baseada na dialogicidade, na transparência e na emancipação, dentre outros aspectos (CANÇADO et al., 2011).

Para que haja a inserção das crianças na APOV é necessário que haja o comprometimento dos pais ou responsáveis na participação de reuniões, eventos e na realização de trabalhos na APOV durante uma hora por dia. Tais ações, além de possibilitarem a manutenção da OSC, influenciam na participação dos responsáveis no ambiente e no acompanhamento das ações realizadas por seus filhos.

Outro ponto destacado é o fato da educação oferecida pela APOV possibilitar novos horizontes para as crianças que ali frequentam, conforme expressado na fala de PP3 “Quando o filho da empregada iria fazer balé se não fosse pela APOV?” e no discurso da PP4 “A escola municipal é boa, mas a APOV é melhor”. Além de trabalhos na área da educação, a APOV já ofereceu cursos para toda comunidade na área profissionalizante, bem como ações realizadas na área de saúde, sendo a mesma utilizada por anos como sede de um pronto socorro e a criação de grupos que visam o combate da depressão, como os grupos de croché. De acordo com o PP6 “todo mundo tem uma história com a APOV”, evidenciando que todos do bairro já foram beneficiários de modo direto ou indireto da referida instituição.

Assim, nota-se que a APOV é uma instituição importante na garantia e acesso aos direitos dos moradores do bairro Nova Viçosa. Além disso, a história da APOV se mistura com a trajetória do território. Segundo os participantes da pesquisa, pelos trabalhos realizados pela APOV, as crianças conseguem estar seguras durante o dia e afastadas do tráfico de drogas que ocorre no bairro. A APOV convive com a relação estabelecida entre o tráfico e o bairro Nova Viçosa, mantendo as crianças e os adolescentes com atividades em tempo integral, evitando

que os mesmos sejam absorvidos por este poder. O PP7 afirma que “é bom ter um lugar para ficar, a gente sabe que está seguro aqui (APOV) e não está fazendo nada errado”.

A presente situação corrobora com os resultados dos estudos de Abduppatayevna (2022), Oralbaevna (2022), Alves e Costa (2020), Lopes (2019), Melnyk e Kuzmenko (2018). Isto porque, a APOV, seguindo o exemplo de OSC internacionais e nacionais, tem garantido o acesso e a proteção de direitos e valores democráticos, tendo desempenhando ações importantes para o desenvolvimento do território e, especificamente, de seus usuários.

Se por um lado a APOV atua no sentido de impedir a absorção da população pelo tráfico, a relação estabelecida entre as duas é pacífica e, algumas vezes, solidária com a atuação da instituição. É evidenciado pelas falas do PP1 e da PP3 que a associação recebeu ajuda por muitos anos do grupo que exerce poder no território através do tráfico no intuito de se garantir o funcionamento e atuação da APOV no bairro de Nova Viçosa. Segundo o PP1 “nossa relação com o tráfico é tranquila. Eles sabem que nós tentamos afastar as crianças e adolescentes deles, mas eles também sabem da nossa importância para o bairro e eles valorizam isso, a gente percebe que eles sempre tentam realizar doações, e a um tempo atrás essas doações aconteciam”. Já para a PP3 “o tráfico nos dá medo, mas não podemos negar que ele ajuda tanto no combate ao crime no bairro, quanto ajuda a APOV com doações. As doações vêm de gente que nós sabemos que trabalha com isso (tráfico)”.

Enquanto a OSC coabita com o poder do tráfico no bairro, exercendo sua influência em toda comunidade local, o mesmo não pôde ser observado com relação ao ambiente escolar. De acordo com a PP4, “eu queria que meus filhos estudassem na APOV ‘pra’ sempre, porque aqui não tem droga, mas chega uma idade e eles tem que ir ‘pra’ outra escola, e na outra escola têm muita gente ruim, que oferece e vende droga”. Assim, revela-se uma preocupação quando as crianças da APOV atingem idade suficiente para serem matriculados na escola pública, uma vez que os pais não sentem a mesma confiança neste ambiente, diferentemente do ambiente da APOV.

Foi possível observar a relação estabelecida entre a comunidade local e a APOV. De maneira unânime entre os entrevistados, o sentimento estabelecido entre os moradores e a instituição é de gratidão, admiração, respeito e segurança. Segundo a PP9 “(...) a APOV faz muito pelo bairro. Não consigo nem pensar no Nova Viçosa sem a APOV”, para PP11 “é gratificante ver tudo que a APOV faz, sabe? Você vê que ela ajuda muita gente, e eu sei que sem a APOV seria difícil ‘pra’ muita gente trabalhar, porque eles deixam os menores ali e sabem que tá tudo bem, sabe que eles vão comer e vão estar sendo vigiados”. O PP6 destaca

que “a APOV me ajudou a crescer, eu devo muito a APOV, lá eu aprendi muito e eu fico muito feliz de ver que até hoje ela tá ali ajudando”.

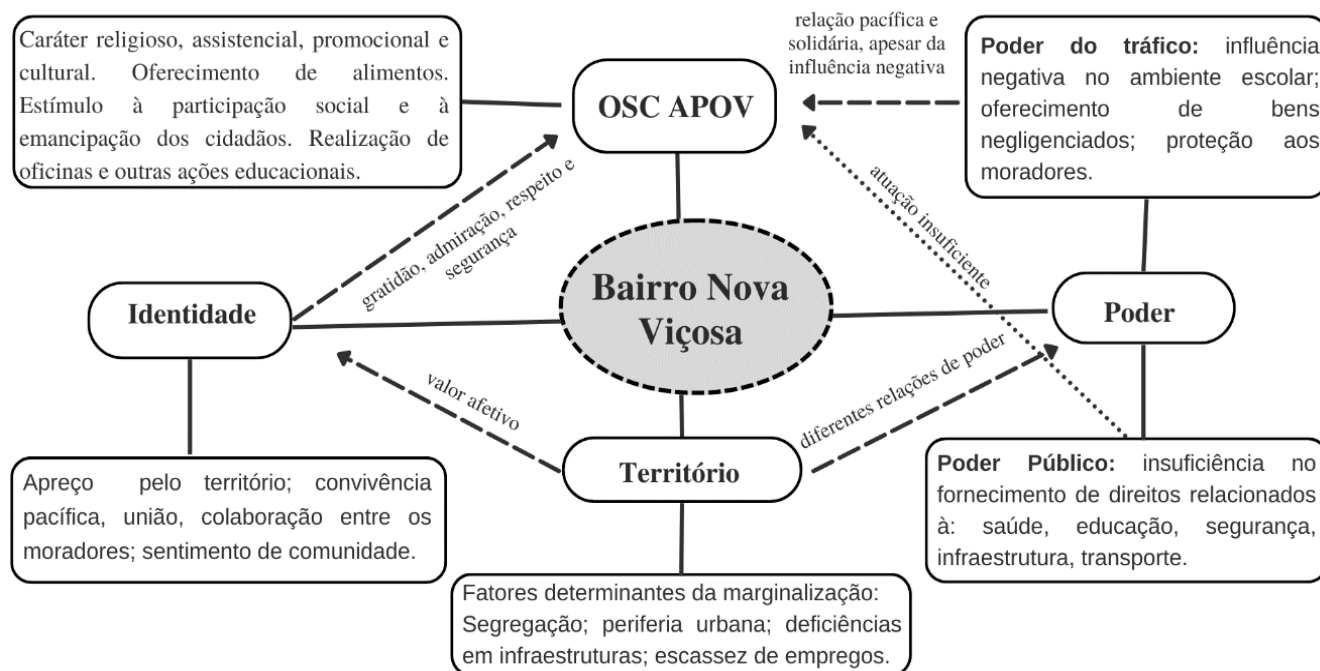
Mesmo depois de deixar a instituição, o PP7 continua a frequentá-la como voluntário, sendo uma forma de retribuir os serviços prestados pela APOV. Esta é uma forma encontrada pela própria organização para mobilizar a comunidade em prol da preservação da OSC e garantia da continuidade dos serviços prestados. Esta relação também é fortemente evidenciada pelo depoimento do PP2, que revelou ter passado por muitas necessidades até ser ajudado pela instituição, que o acolheu, ofereceu um emprego, e forneceu condições básicas para reassegurar sua dignidade humana e de sua família.

A participação da comunidade na APOV pode ser um reflexo da utilização da gestão social por parte da OSC, visto que as assembleias e eventos criados são frutos de tomada de decisão coletiva, cooperada, solidária ou negociada entre os cidadãos, conforme expões Cançado, Tenório e Pereira (2011). Consequentemente, ocorre uma ascensão da cidadania de caráter decisório.

Ao longo dos anos, a atuação da APOV se ampliou de modo a tornar um ponto de apoio para toda população. Nesse sentido, os participantes da pesquisa apontaram que quando o bairro ainda não possuía posto médico, a instituição reservou uma sala para atendimento de situações de emergência, dado o desamparo da população no que se refere à cuidados médicos, bem como o distanciamento do bairro das instituições promotoras de saúde. Também, a instituição prevê projetos de capacitação e inclusão social de todos segmentos da população, inclusive os idosos.

Além de todos os problemas relatados na categoria anterior pelos participantes do estudo, foi possível perceber também uma deficiência do poder público em apoiar a OSC. Foi relatado que a APOV reivindica uma verba repassada pelo governo federal para manutenção das atividades escolares da instituição, mas que teve repasse negado pela prefeitura. Ademais, a Figura 1 apresenta um esquema analítico que sintetiza os achados das categorias de análise aqui identificadas e analisadas.

Figura 1 – Esquema analítico de sumarização das categorias geradas



Fonte: Elaborada pelos autores.

A Figura 1 mostra que, no bairro Nova Viçosa, há fatores determinantes para a marginalização do território, mas há uma identidade territorial que se manifesta especialmente pelo valor afetivo dos entrevistados com o território. A OSC APOV contribuiu para esse sentimento de identidade devido à sua atuação no bairro em aspectos assistenciais, promocionais e culturais. A atuação do poder público é insuficiente para atender às demandas dos cidadãos no território, gerando também uma falta de apoio para APOV. Já o poder do tráfico exerce influência negativa no bairro, especialmente no ambiente escolar; no entanto, com a APOV, há uma relação pacífica e solidária. Não é intenção dos autores desse artigo defender o poder do tráfico em detrimento do poder público no que diz respeito às relações com a OSC estudada e com o território de Nova Viçosa; mas, enfatizar como o poder público, especialmente o municipal, poderia atuar de forma mais engajada, eficiente e eficaz no território, pois é dever deste promover direitos essenciais aos cidadãos viçosenses, independente do bairro/território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao objeto estudado, pode-se inferir que a importância primordial do território, muitas vezes, pode ser entendida “com o que” o território pode gerar ou produzir para a vida humana. É importante se ter em mente que o ser humano é incapaz de estabelecer uma relação somente funcional, afinal, a vida humana é direcionada por elementos simbólicos que impulsionam e auxiliam a vida, as ações e os pensamentos. Além disso, a relação entre comunidade e o ambiente é dotada de sentimentos, símbolos, cultura e valores.

A sensação de pertencer a um território possibilita a criação de diretrizes capazes de proporcionar um maior entendimento do que é ser cidadão. Nota-se, pelas entrevistas realizadas, que os moradores do bairro Nova Viçosa têm esses sentimentos reforçados por meio da APOV, comprovando que a OSC atua como um agente que interliga a pessoa ao seu lugar de vivência. Adicionalmente, a APOV assume um papel importante no território e auxilia no entendimento do habitante daquele local como um ser dotado de direitos, desempenhando função fundamental em assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes. Sua criação, quase que concomitante com a criação do bairro Nova Viçosa, propiciou uma melhoria substantiva de vida para as pessoas que chegavam à referida localidade, que ainda carece de atenção por parte do poder público.

Mediante a sensação de ausência do Estado e do esquecimento do bairro pelos políticos, emergiram naquele território formas alternativas de exercício de poder e de organização social. Neste sentido, a OSC atua na lacuna deixada pelo Estado e pelo mercado, mas também, e de maneira indireta, concorre com outras formas de exercício de poder no território, sendo este um palco de interação e conflito de diversos atores. Nesse sentido, a análise feita a partir das relações de poder que se estabelecem no território desempenhou viés para desvelar as interações entre os diferentes atores desse sistema, para além da insuficiente ação do poder público.

O presente estudo contribui com a literatura em virtude de elucidar empiricamente a discussão acerca da territorialização em locais marginalizados, bem como o trabalho desenvolvido por uma OSC, diante das necessidades históricas e contemporâneas da comunidade estudada. Têm-se como limitações deste artigo o foco em apenas uma OSC e em um território. Contudo, a presente limitação não inviabiliza a pesquisa e ocorreu dada a abrangência do território e a complexidade das relações desenvolvidas ao longo do tempo, no qual é necessário um aprofundamento do tema para maiores inferências. Desse modo, propõe-

se como estudos futuros investigar ações de outras OSC em outros territórios do município e em outros municípios também; realizar uma pesquisa com ex-beneficiários da APOV e a compreensão do fenômeno estudado por outras lentes teóricas e metodológicas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABDUPPATAYEVNA, M. B. Issues of Participation of Non-Governmental Organizations in Ensuring Gender Equality. **Journal of Ethics and Diversity in International Communication**. 2022.

ALVES, Mário Aquino; COSTA, Marcelo Marchesini da. Colaboração entre governos e organizações da sociedade civil em resposta a situações de emergência. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 923-935, 2020.

APOV - Associação Assistencial e Promocional da Pastoral da Oração de Viçosa. **Sobre nós**. Disponível em: <https://www.apov.org.br/sobre-nos> Acesso em: 04 set. 2022.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Ed. **Revista e Ampliada**, 2011.

BECKER, Bertha K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 1-8, 1983.

BINDMAN, Leonor. Estado, sociedade civil e direitos sociais na Rússia contemporânea. **Política do Leste Europeu**, v. 31, n. 3, pág. 342-360, 2015.

BRULON, Vanessa; PECCI, Alketa. Organizações públicas e espaços às margens do Estado: contribuições para investigações sobre poder e território em favelas. **Revista de Administração Pública**, v. 47, p. 1497-1517, 2013.

CALDO, C. **Geografia humana**. Palermo: Palumbo.1996.

CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos Ebape. br**, v. 9, p. 681-703, 2011.

CIRINO, A. L. Governança em rede de implementação de política pública para criança e adolescente no âmbito local. **Dissertação de mestrado**, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. 2021.

COELHO, Dayana Debossan; DE JESUS CHRYSOSTOMO, Maria Isabel. Estratégias imobiliárias e a construção do “mito” do pai dos pobres na produção dos bairros periféricos de Amoras e Nova Viçosa (1970-1990). **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 33, p. 277-306, 2015.

FERRER, Érica; SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo. O ordenamento territorial e o território intencionalmente de risco: pelo direito à cidade. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 28477-28495, 2021.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro. Edições Graal Ltda.1979.

FOUCAULT, Michel et al. História da sexualidade I: a vontade de saber. In: **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 1988. p. 152-152.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: **EdUERJ**, v. 1, p. 169-190, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, 2003.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Associativismo civil e Estado: um estudo sobre organizações não-governamentais (ONGs) e sua dependência de recursos públicos. **Em Tese**, v. 1, n. 1, p. 109-127, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção demográfica**. 2021.

KRIEGER, Morgana G. Martins; ANDION, Carolina. Legitimidade das organizações da sociedade civil: análise de conteúdo à luz da teoria da capacidade crítica. **Revista de Administração Pública**, v. 48, p. 83-110, 2014.

LARA, Maria Fernanda Aguiar; CORDEIRO, Mariana Prioli. A assistência social no Brasil: uma análise histórica das relações entre OSC e Estado. **Pesquisas em Psicologia e Políticas Públicas**, p. 30, 2019.

LOPES, L. V. C. D. F. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil-MROSC. Brasília: ENAP. 2019.

MELNYK, Olesia; KUZMENKO, Yana. Organizações Não Governamentais no Sistema de Garantias da Realização do Direito Humano à Vida nos Países Europeus. 2018.

ORALBAEVNA, B. D. The Role of Non-Governmental Organizations in the Development of Civil Society. **International Journal of Innovative Analyses and Emerging Technology**, 2(1), 49–55. 2022.

POLLICE, Fabio. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. **Espaço e cultura**, n. 27, p. 7-24, 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática.1993.

SPOSATI, A. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 2003.

TENÓRIO, F. G. **Gestão social**: metodologia, casos e práticas. Rio de Janeiro: Editora FGV.2007.